



## PROPOSTA N.º 865 - P/2015

Considerando que:

1. A Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, com as alterações vigentes, veio estabelecer que os direitos e os encargos relativos à implantação, à passagem e ao atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privados municipais podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP);
2. Segundo a referida Lei, a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;
3. Na alínea b) do n.º 3 do art. 106.º da mesma Lei, esse percentual é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar 0,25%;

Reunião de

27 OUT. 2015

Docº Agendado com o

Nº R. EXT. 21



**Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:**

4. No âmbito da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas, com as alterações vigentes, remeter à Assembleia Municipal para que delibere aprovar uma TMDP para o ano de 2016 de **0,25 %** a aplicar sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas no município de Sintra.

Paços do Concelho de Sintra, 22/10/ de 2015

O Presidente

(Basílio Horta)



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



Reunião de

10 de Outubro, 2015

Agendado com o

R.E.T. 21